

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Sicredi Central Sul/Sudeste
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Sicredi Central Sul/Sudeste (“Cooperativa Central”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Cooperativa Central.

Ambiente de tecnologia da informação

As operações da Cooperativa Central, em razão do alto volume de transações e complexidade, são altamente dependentes do funcionamento adequado da estrutura de tecnologia da informação de seus sistemas. Desta forma, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas nos testes de controle gerais de tecnologia para os processos de gestão de mudança e gestão de acessos referente aos sistemas considerados relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliarem na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados, forneceram base para que pudessemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Transações com partes relacionadas

A Cooperativa Central é parte integrante da estrutura organizacional do Sistema Cooperativo Sicredi e realiza, dentro do âmbito de suas operações, transações com demais instituições integrantes da referida estrutura, consideradas partes relacionadas. Devido ao grande número de partes relacionadas, ao volume transacionado e ao risco inerente associado a estas transações, consideramos as transações com partes relacionadas como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do entendimento das políticas e procedimentos que a Cooperativa Central possui para identificar e mapear as transações com partes relacionadas, além da obtenção de representação formal, por parte da administração, a respeito da identificação de todas as partes relacionadas da Cooperativa Central. Testamos, de forma amostral, as transações com partes relacionadas, para validar a existência, valorização e competência dos saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como a eliminação de seus efeitos, quando aplicáveis. Com base nos exames efetuados, confirmamos que as transações com partes relacionadas seguem condições de mercado. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Cooperativa Central na nota explicativa 14, às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação das transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e critérios adotados pela administração, na identificação e reconhecimento das transações com partes relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa Central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa Central ou

cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa Central. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa Central a não mais se manter em continuidade operacional.




- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC SP-015199/F


Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8



Demonstrações Financeiras 2022/01

Sicredi Central Sul/Sudeste

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Controladoria**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um semestre, prestamos contas as Cooperativas Filiadas dos resultados obtidos pela Central Sicredi Sul/Sudeste, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

O Sicredi, como instituição financeira cooperativa está comprometida com o crescimento de seus associados e com o desenvolvimento das regiões onde atua. Mantemos firme nosso compromisso de contribuir com a manutenção da atividade econômica das comunidades, considerando suas diferentes realidades e necessidades, buscando constantemente criar oportunidades de conexão entre associados e as mais novas tendências tecnológicas, estimulando a geração de renda e o desenvolvimento econômico e social local, com o propósito de ter cada dia uma sociedade mais próspera, inclusiva e sustentável. O relacionamento próximo foi essencial para continuarmos cooperando com as comunidades, oferecendo soluções financeiras para micro e pequenas empresas, pequenos produtores rurais, profissionais autônomos e demais associados, auxiliando na economia local. Fizemos isso tudo sem esquecer de olhar para o impacto socioambiental de nossas soluções financeiras.

Cenário Macroeconômico



Nos últimos dois anos, a inflação ressurgiu como um problema global. A combinação de estímulos de demanda (monetários e fiscais) com os gargalos de oferta gerados pela pandemia criou um cenário de rápida valorização de commodities e elevada inflação ao consumidor. A guerra entre Ucrânia e Rússia, deflagrada na passagem de fevereiro para março deste ano, agravou esse quadro, pois elevou ainda mais os preços de diversas commodities, uma vez que os dois países são importantes produtores de itens como trigo, milho, petróleo e gás natural, além de colocar em risco a oferta desses produtos.

Dessa forma, a inflação persistente e elevada continuou como a principal característica do cenário econômico global no primeiro semestre deste ano. Nos EUA, por exemplo, a inflação segue rodando nos maiores patamares dos últimos 40 anos. Nesse contexto, os bancos centrais das economias avançadas adotaram posturas mais duras no combate à inflação. Ou seja, o primeiro semestre também foi marcado por um movimento sincronizado de aperto monetário no mundo, justificado pelos grandes desafios inflacionários.

No Brasil, o primeiro semestre foi de continuidade na recuperação econômica, puxada pela reabertura da economia. O sucesso da vacinação permitiu que o país passasse pela onda da variante ômicron, sem necessidade de grandes medidas de contenção. Com isso, os setores econômicos mais ligados à circulação de pessoas e prestação de serviços presenciais conseguiram recuperar boa parte do nível de atividade que tinham antes da pandemia. Também vimos uma boa melhora no emprego, com a taxa de desocupação recuando para 9,8% no mês de maio. Nesse quadro, o PIB cresceu 1,0% no primeiro trimestre deste ano e os primeiros indicadores de abril e maio sugerem que a economia deve ter mantido um bom ritmo de crescimento no segundo trimestre.

Por outro lado, a inflação continuou elevada, como consequência dos choques externos e da reabertura da economia, que tem estimulado a demanda por serviços. O IPCA acumulado em 12 meses tem se mantido acima de 10% desde setembro de 2021, patamar acima da meta de inflação perseguida pelo Banco Central (BCB). Nesse contexto, o BCB continuou o seu ciclo de elevação de juros, com a Selic atingindo 13,25% a.a. no mês de junho.

Crescimento e Expansão



Reforçando a importância do cooperativismo de crédito, em abril de 2022 chegamos ao estado de Roraima e passamos a estar em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, completando nossa expansão nacional. O crescimento da rede de atendimento físico do Sicredi está alinhado ao objetivo de estar próximo para atender as necessidades das comunidades e contribuindo para a economia local. Atualmente, são mais de 2,3 mil agências, em mais de 1,6 mil municípios, sendo em mais de 200 destes a única instituição financeira presente fisicamente. Essa expansão também se reflete no nosso número de associados e no mês de junho alcançamos a marca de 6 milhões, um crescimento de 16% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que representou um aumento de mais de 750 mil novos cooperados.



Cenário de Mercado

Para apoiar e contribuir na implementação de estratégias voltadas ao meio ambiente, o Sicredi emitiu em 22 de junho a primeira Letra Financeira Pública Sustentável do Brasil, captando R\$ 780 milhões. Os recursos serão convertidos em crédito a disposição dos associados para financiar projetos alinhados à sustentabilidade, gerando benefícios ambientais e/ou sociais. Nessa mesma direção, outra solução financeira realizada nesse primeiro semestre de 2022 com impacto socioambiental foi a primeira emissão de Green Bond (títulos de dívida emitidos especificamente para financiar projetos com benefícios ambientais) no valor de US\$ 100 milhões (cerca de R\$ 550 milhões), com 100% dos recursos destinados ao financiamento de novos projetos de energia fotovoltaica e eficiência energética. Em parceria com o BID Invest., membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizamos a primeira emissão de Green Bond subordinado por um emissor brasileiro.

Com o crescente empreendedorismo feminino no Brasil, em maio o Sicredi realizou uma captação de US\$ 100 milhões (cerca de R\$ 500 milhões) para destinar a micro, pequenas e médias empresas lideradas por mulheres. Os recursos foram mobilizados pela International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, com participação do BNP Paribas e Sumitomo Mitsui Banking Corporation (SMBC). Essa é a segunda captação realizada para fomento da linha mulheres empreendedoras.

Ainda, neste primeiro semestre houve a liberação de R\$ 882 milhões em crédito para projetos de energia solar no Brasil, valor 58% maior em relação a igual período de 2021. Do total de recursos liberados em crédito para o segmento, 50% foram concedidos a empresas, 33% a pessoas físicas e 17% ao agronegócio. Entre os meses de abril e maio, o Sicredi iniciou a emissão de LCA pós-fixada e prefixada em plataforma de terceiros (XP Investimentos e Itaú Corretora), com a captação de R\$ 600 milhões, um passo para o Sicredi entrar no mercado de investimentos para não associados, proporcionando para o Sistema a oportunidade de captar recursos no mercado nacional através de novas plataformas. A LCA tem como objetivo fomentar os participantes da cadeia do agronegócio, fortalecendo um de nossos direcionadores estratégicos: Ser o principal parceiro privado do Agro, cooperando para o desenvolvimento do Brasil.

Destaque Institucional



Com raízes no campo, e uma longa parceria com o agronegócio, o Sicredi foi destaque no ranking da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) como a 2.ª maior instituição financeira na concessão de crédito destinado ao agronegócio, ficando na 4ª posição das melhores instituições financeiras do Brasil no ranking World's Best Banks 2022, realizado pela Forbes em parceria com a Statista. Conquistou a 7ª posição entre as melhores gestoras de fundos de renda fixa, no ranking "Top Asset", da revista Investidor Institucional e garantiu a 9ª posição no Top Geral na 16ª edição do Prêmio Broadcast Projeções. O associado do Sicredi conta com a vantagem de investir em uma instituição financeira cooperativa sólida com avaliação das principais agências de classificação de risco do mundo, tendo o rating AA (bra) da Fitch e classificação "Forte" para a sua Asset, também concedida pela agência. Também possui classificação das agências Moody's (Aa2) e Standart & Poor's (AAA).

Programas e Iniciativas

Em sinergia com o objetivo de promover a inclusão de pessoas com deficiência auditiva no atendimento, o Sicredi é a primeira instituição financeira cooperativa a oferecer uma nova solução integrada ao aplicativo de mensagens instantâneas, disponibilizando a função inédita de atendimento por videochamada em Libras (Língua Brasileira de Sinais), via Whatsapp Enterprise – versão do aplicativo destinada a empresas. A nova funcionalidade se integrará ao atendimento via WhatsApp já realizado com uso de inteligência artificial.

Focado em fomentar a inovação e gerando benefícios aos seus processos, produtos e colaboradores, o Sicredi fechou parceria com a 100 Open Startups, principal plataforma de inovação aberta do país. O foco do projeto é reforçar a interação do Sicredi com o ecossistema de inovação por meio da criação de desafios às startups e, ao mesmo tempo, promover a capacitação dos seus colaboradores sobre o tema.

Nosso compromisso com as regiões onde estamos presentes vai além dos serviços financeiros, incluindo incentivo por meio de programas e iniciativas à educação de forma geral e financeira, à diversidade, ao protagonismo jovem, entre outros temas. Colaborar com o desenvolvimento e gerar impacto positivo nas regiões onde atuamos são premissas desde a nossa fundação. Nossos principais programas sociais são focados especialmente em cooperação, educação e desenvolvimento local. São eles: A União Faz a Vida, Cooperação na Ponta do Lápis, Comitê Mulher, Comitê Jovem, Cooperativas Escolares, Crescer e Pertencer.

Agradecimentos

Os desafios seguem, mesmo em um cenário de incertezas devido à crise econômica mundial, o Sicredi está presente e ativo nas contribuições econômicas e sociais juntos aos associados e cooperativas. Agradecemos a todos os nossos cooperados, colaboradores e parceiros pela dedicação e trabalho contínuo.

A todos, nosso agradecimento e Juntos seguiremos fazendo a diferença.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste
CNPJ/MF nº 87.437.687/0001-05

ATIVO	30/06/2022	31/12/2021	PASSIVO	30/06/2022	31/12/2021
ATIVO	12.762.267	10.036.468	PASSIVO	11.903.279	9.445.410
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	12.040.768	9.559.748	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	11.663.008	9.206.266
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05) 358.972	331.201	Centralização financeira - cooperativas	(Nota 10) 11.663.008	9.206.266
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06) 11.674.352	9.215.187	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 11) 1.907	2.558
Outros ativos financeiros	(Nota 07) 7.444	13.360	OUTROS PASSIVOS	(Nota 12) 238.364	236.586
OUTROS ATIVOS	(Nota 08) 184.541	205.572	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 13) 858.988	591.058
INVESTIMENTOS	(Nota 09) 535.229	269.256	CAPITAL SOCIAL	848.240	580.337
IMOBILIZADO DE USO	1.729	1.892	RESERVAS DE SOBRAS	10.748	10.721
			Reserva legal	10.553	10.553
			Ajustes de avaliação patrimonial em controladas e coligadas	195	168
TOTAL DO ATIVO	12.762.267	10.036.468	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.762.267	10.036.468

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste
CNPJ/MF nº 87.437.687/0001-05

Descrição das contas	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	561.293	102.063
Operações de crédito	39	1.250
Resultado de títulos e valores mobiliários	561.254	100.813
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(543.309)	(97.341)
Resultado centralização financeira - Cooperativas (Nota 10)	(543.309)	(97.341)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.984	4.722
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(17.984)	(4.855)
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 19)	(11.409)	(10.134)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 15)	(103.885)	(68.748)
Dispêndios e despesas tributárias	(52)	(41)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 09a)	10.043	(1.164)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 16)	314.321	240.892
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 17)	(227.002)	(165.660)
RESULTADO OPERACIONAL	-	(133)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE SOBRAS OU PERDAS	-	138
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(5)
Provisão para Imposto de Renda	-	(2)
Provisão para Contribuição Social	-	(3)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	-	-
SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE	-	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

(Em milhares de Reais)

Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste

CNPJ/MF nº 87.437.687/0001-05

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado líquido do semestre	-	-
Outros resultados abrangentes		
(-) Ajustes de instrumentos financeiros	27	68
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	27	68
Resultado abrangente atribuível	27	68

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste

CNPJ/MF nº 87.437.687/0001-05

	Capital Social	A ser homologada pelo Banco Central	Reserva Legal	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos no início do período em 01/01/2021	406.094	-	10.553	(84)	416.563
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	35.514	-	-	-	35.514
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	68	68
Saldos no fim do período em 30/06/2021	441.608	-	10.553	(16)	452.145
Mutações do Período	35.514	-	-	68	35.582
Saldos no início do período em 01/01/2022	580.337	-	10.553	168	591.058
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	267.903	-	-	267.903
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	27	27
Saldos no fim do período em 30/06/2022	580.337	267.903	10.553	195	858.988
Mutações do Período	-	267.903	-	27	267.930

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste
CNPJ/MF nº 87.437.687/0001-05

	30/06/2022	30/06/2021
RESULTADO DO SEMESTRE	(16.597)	3.169
Sobras líquidas do semestre	-	-
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE	(16.597)	3.169
Depreciação e amortização	273	265
Baixas do ativo permanente	9	100
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(651)	2.244
Resultado de instrumento híbrido de capital e dívida	(7.470)	(1.755)
Resultado de participações em controladas e coligadas	(10.043)	1.164
Provisão para bônus produtividade	1.285	1.151
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	4.716	(12.051)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(27.772)	(13.896)
(Aumento) em TVM e instrumentos financeiros derivativos	(2.451.695)	(1.922.843)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	2.456.742	1.923.789
Redução em outros ativos	27.039	21.018
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	(92)	5
(Redução) Aumento em outros passivos	494	(20.124)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(11.881)	(8.882)
Aquisição de imobilizado de Uso	(119)	(193)
Integralização de capital em empresas controladas e coligadas	(255.903)	(30.514)
Dividendos recebidos	-	4.075
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(256.022)	(26.632)
Integralização de capital	267.903	35.514
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	267.903	35.514
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-	-
Caixa e equivalente de caixa no início do período	-	-
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	-	-
Itens que não afetam o caixa		
Adiantamentos para projetos tecnológicos	4.482	182.379
Ressarcimento de projetos tecnológicos	(4.482)	(182.379)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Sicredi Central Sul/Sudeste ("Cooperativa Central" ou "Instituição"), instituição financeira cooperativa de crédito que tem como atividade principal difundir o cooperativismo de crédito, coordenar e supervisionar a atuação das cooperativas filiadas, apoiando-as nas atividades de desenvolvimento e expansão, podendo praticar todas as operações compatíveis com a sua modalidade social, inclusive obter recursos financeiros de fontes externas, obedecida à legislação pertinente, aos atos regulamentares oficiais, seu estatuto e às normas internas do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"), tendo iniciado as suas atividades em 27 de outubro de 1980.

A Sicredi Central Sul/Sudeste, sede situada na rua Manoelito de Ornellas, nº 55 18º e 19º andar, na cidade de Porto Alegre - RS. Instituição sem fins lucrativos, tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Os ativos e passivos são substancialmente gerados junto a instituições ligadas, sendo os custos dos serviços da Cooperativa Central cobrados diretamente de suas filiadas, através do fluxo orçamentário preparado para cada período.

O Sicredi, em 30 de Junho de 2022, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.251 pontos, sendo 42 cooperativas filiadas a esta central. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do semestre imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício e semestre anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 24 de agosto de 2022.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso e intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto ativos corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ é de 15%, acrescida de adicional de 10% e a CSLL no qual a alíquota passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022, aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

m) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

- a) Provisão para riscos cíveis, tributário e trabalhista: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de
c) Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo

d) Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

q) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Sicredi Central Sul/Sudeste ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Cooperativa Central não possui saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2022	31/12/2021
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-
Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) - Ligadas	8.707	-
Total circulante	8.707	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) - Ligadas	-	10.414
DI entre Cooperativas e Central	350.265	320.787
Total não circulante	350.265	331.201
Total circulante e não circulante	358.972	331.201

O DI entre Cooperativas e Central permite a transferência do excedente de liquidez das Cooperativas Centrais para as Cooperativas Singulares, com taxa de remuneração de 100% do CDI. Dessa forma, recursos ociosos são passíveis de melhor rentabilização via demandas de crédito das Cooperativas Singulares.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2022	31/12/2021
Fundos de investimento de curto prazo - FIRF	11.088.336	8.816.688
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.189	-
Total circulante	11.103.525	8.816.688
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	431.517	259.341
Letras Financeiras Subordinada - LFS	139.310	139.158
Total não circulante	570.827	398.499
Total circulante e não circulante	11.674.352	9.215.187

O FIRF Crédito privado Zeramento é reservado às cooperativas integrantes do Sicredi e fundos de investimentos reservados a estas instituições, investidores profissionais, conforme legislação vigente. O Fundo é administrado pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. e a gestão é realizada pela Confederação das Cooperativas do Sicredi. O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas rentabilidade compatível com a taxa DI CETIP. O Fundo se classifica como renda fixa e aplicará os recursos integrantes de sua carteira na seguinte forma: 80%, no mínimo, em quaisquer ativos financeiros de renda fixa, diretamente ou sintetizados via derivativos. A taxa de administração será de 0,025% a.a. sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM, gerando um resultado de R\$ 516.283 em 06/2022 (R\$ 94.071 em 06/2021).

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

Em 03 de janeiro de 2014, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação junto à Cooperativa Central, que encontra-se com saldo devedor no semestre corrente no montante de R\$ 139.310 (dezembro de 2021 - R\$ 138.158), através da emissão de Letra Financeira Subordinada, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida". A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada a 100% da Taxa DI expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados.

As Letras Financeiras do Tesouro – LFT estão vinculadas, sob a forma de garantia, ao acordo operacional firmado, em 25 de julho de 2014, entre a Cooperativa Central e o Banco Rabobank International Brasil S.A com a finalidade de disponibilizar linha de financiamento/capital de giro aos associados de cooperativas singulares filiadas a Cooperativa Central, gerando um resultado de R\$ 19.059 em 06/2022 (R\$ 1.358 em 06/2021).

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	30/06/2022	31/12/2021
Ressarcimento de despesas	7.392	13.309
Outras	52	51
Total circulante	7.444	13.360

O ressarcimento de despesas trata-se do valor a receber das filiadas referente os valores a ressarcir das despesas administrativas resultante da contribuição das filiadas sobre o orçamento da Cooperativa Central.

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	30/06/2022	31/12/2021
Outros valores e bens	142	48
Adiantamentos e antecipações salariais	328	127
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	160	332
Impostos e contribuições a compensar	5	8
Ressarcimento centralizadora	6.307	23.587
Pagamentos a ressarcir	1.320	84
Outros	1.685	1.685
Total circulante	9.947	25.871
Devedores por depósitos em garantia	1.991	2.618
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	172.603	177.083
Total não circulante	174.594	179.701
Total circulante e não circulante	184.541	205.572

Ressarcimento centralizadora referem-se à provisão de valores adiantados para a Confederação, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para a Cooperativa Central e, posteriormente, para às respectivas Cooperativas filiadas.

Os adiantamentos para pagamento de nossa conta referem-se à antecipação de valores para a Confederação, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para a Cooperativa Central e, posteriormente, para às respectivas Cooperativas filiadas.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

a) Avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Sicredi Participações S.A.		Confederação		Total	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Número de ações/quotas possuídas	521.675	265.772	3.029	3.029		
			Quotas	Quotas		
Percentual de participação	27,30%	23,22%	56,54%	56,54%		
Capital social	2.758.211	1.468.211	5.358	5.358		
Patrimônio líquido	2.761.444	1.485.517	5.373	5.373		
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	52.368	(10.255)	-	-		
Valor do investimento	532.190	266.217	3.038	3.038	535.228	269.255
Equivalência patrimonial	10.043	(1.685)	-	-	10.043	(1.685)

b) Avaliados pelo método de custo

	30/06/2022	31/12/2021
Sicredi Fundos Garantidores - SFG	1	1
Total	1	1

c) Movimentação dos investimentos

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	269.256	138.113
Aumento de capital em controladas e coligadas	255.903	133.243
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas e coligadas	27	252
Dividendos a receber	-	(667)
Resultado de equivalência patrimonial	10.043	(1.685)
Saldo final	535.229	269.256

NOTA 10 – CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVAS

	30/06/2022	31/12/2021
Centralização Financeira - Cooperativas	11.663.008	9.206.266
Total circulante	11.663.008	9.206.266

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerada a uma média de 100% do CDI. A aplicação desses recursos se dá no mercado financeiro através de títulos e valores mobiliários que por sua vez geraram receitas no mesmo montante.

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado centralização financeira - Cooperativas	543.309	97.341
Total resultado	543.309	97.341

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerada a uma média de 100% do CDI. A aplicação desses recursos se dá no mercado financeiro através de títulos e valores mobiliários que por sua vez geraram receitas no mesmo montante.

NOTA 11 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa Central possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhista	Provável	1.907	2.558
Total não circulante		1.907	2.558

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2022	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 30/06/2022
Trabalhista	2.558	-	(651)	1.907
Total não circulante	2.558	-	(651)	1.907

Em 30 de junho de 2022, a Cooperativa Central possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 0, R\$ 1 e R\$ 0 (2021 R\$ 485, R\$ 1 e R\$ 301), respectivamente.

A Cooperativa Central possui depósitos judiciais no montante de R\$ 1.991 (dezembro de 2021 - R\$ 2.618), registrados na rubrica de "Outros Ativos", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 12 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021
Fundo Cobertura de Valores	5.701
Contas a pagar - empresas do grupo	10.837
Provisão para pagamentos a efetuar	28.645
Impostos e contribuições a recolher	932
Valores a repassar DI	13.346
Credores diversos	12
Demais fornecedores	27
Pendências a regularizar	3
Total circulante	59.503
Valores a ressarcir cooperativas	172.083
Total não circulante	172.083
Total circulante e não circulante	236.586

Valores a repassar DI referem-se ao repasse financeiro dos rendimento de DI realizado para as cooperativas filiadas a cada 02 anos do vencimentos dos títulos. Próximo repasse será em Nov/22.

Valores a ressarcir cooperativas referem-se à provisão de valores adiantados para a Confederação, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para a Cooperativa Central e, posteriormente, para as respectivas Cooperativas filiadas.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	580.337	406.094
Integralização de capital	267.903	174.243
Capital Social	848.240	580.337

b) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social das cooperativas e com a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas terão a seguinte destinação no final do semestre:

- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.
- 45% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

c) Reservas Central

- Reserva legal: tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

d) Sobras e perdas acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o estatuto social, as normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada anualmente após encerramento do semestre.

NOTA 14 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Operações com instituições relacionadas**

As operações da Cooperativa Central são substancialmente realizadas com partes relacionadas (Cooperativas, cooperados, Banco, SicrediPar, Confederação e Fundação), efetuadas a taxas e condições usuais de mercado.

	30/06/2022	31/12/2021
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	358.972	331.201
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	11.227.646	8.955.846
Outros ativos financeiros (Nota 07)	7.444	13.360
Outros ativos - diversos (Nota 08)	179.070	201.006
Investimentos (Nota 09)	535.229	269.256
Passivo		
Centralização financeira - cooperativas (Nota 10)	11.663.008	9.206.266
Outros passivos - diversos (Nota 12)	234.029	230.554
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	561.254	97.408
Operações de crédito	-	1.250
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 16)	309.613	237.455
Despesas		
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 15)	43.637	24.585
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 17)	189.330	131.723
Resultado centralização financeira - Cooperativas (Nota 10)	543.309	97.341

b) Remuneração de pessoal chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

A cooperativa Central não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Benefícios	30/06/2022	30/06/2021
Pessoas chave da administração	1.866	1.834

NOTA 15 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2022	30/06/2021
Água, energia e gás	42	36
Aluguel de imóveis	431	393
Comunicação	3.179	2.221
Manutenção e conservação de bens	76	52
Materiais	21	11
Processamento dados	12.273	378
Licenças software - Confederação	14.067	903
Comunicação corporativa filiadas	11.836	8.152
Serasa	13.907	10.025
CDL	2.654	2.568
Serviços de vigilância e segurança	36	35
Serviços de transportes	2.568	1.973
Viagem	78	24
Depreciação e amortização	273	265
Contribuição confederação	25.749	26.095
Rateio Confederação - recuperação de crédito	5.996	4.851
Serviços de terceiros	76	786
Guarda de valores	4.943	5.538
Outras despesas administrativas	5.680	4.442
Total	103.885	68.748

NOTA 16 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2022	30/06/2021
Ressarcimento contribuição filiações	309.613	237.455
Reversão de provisões operacionais	507	415
Reversão de provisões para passivos contingentes	651	-
Outras rendas operacionais	3.550	3.022
Total	314.321	240.892

O ressarcimento contribuição filiações refere-se as movimentações de repasses de rateio da Central para as Cooperativas filiações.

NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2022	30/06/2021
Contribuição Cooperativas filiações	27.531	3.406
Contribuição Confederação - Sustentação	84.752	78.826
Contribuição Confederação - Projeto custeio	26.003	16.568
Contribuição Confederação - Célula expansão	20.628	7.028
Contribuição Confederação - Sicredi digital	25.167	23.375
Contribuição Confederação	43	14
Contribuição Confederação - Imobilizado Legado	1.952	-
Provisões para passivos contingentes	-	2.244
Despesas de provisões operacionais	586	496
Processamento cartão visa múltiplo	10.083	8.706
Processamento mastercard visa múltiplo	7.017	5.422
Sms cartões visa e mastercard	2.162	1.660
Programa de recompensa - Confederação	1.066	817
Emissão e postagem	7.273	5.835
Outras despesas operacionais	12.739	11.263
Total	227.002	165.660

NOTA 18 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Diante do cenário de 2022 e 2021 não houve eventos classificados como não recorrente.

NOTA 19 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração	7.877	6.984
Benefícios	879	748
Encargos sociais	2.402	2.092
Treinamentos	251	310
Total	11.409	10.134

NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Textos de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco

legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 21 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	245.155	243.006
Nível I (NI)	245.155	243.006
Capital principal - CP	245.155	243.006
Capital social	848.239	580.337
Reservas de capital	10.748	10.721
Lucros acumulados	-	-
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Ajustes Prudenciais	(1)	(1)
Dedução de investimento em outras entidades	(613.831)	(348.051)
Nível II (NII)	-	-
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	-	-
Dedução de investimento em outras entidades	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	539.763	459.669
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	877	834
Margem de Capital	187.604	196.205
Índice de Basileia (PR / RWA)	45,42%	52,87%
Situação de Imobilização (Imob)	4.766	4.930
Índice de Imobilização (Imob / PR)	1,94%	2,03%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 22 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 30 de Junho de 2022, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 23 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativos) seguem apoiando muitas das demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações reduzindo a necessidade de ida às agências. Também seguimos incrementando as possibilidades de atendimento via WhatsApp, agilizando muitas das solicitações. Além disso, colocamos em prática a nossa missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade também por meio de iniciativas como o Eu Coopero com a Economia Local, impulsionando a força do cooperativismo como motor para a continuidade da atividade econômica no país.

NOTA 24 – Eventos subsequentes

No dia 18 de maio de 2022 ocorreu Reunião do Conselho de Administração, nesta ocasião foi definida alteração de Capital. Este ato foi aprovado através do Banco Central do Brasil, na data de 14 de julho de 2022.

Hamilton Marcelo Cassol
Diretor de Supervisão
956.444.400-44

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20